

# Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

# Praia Vermelha

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## DOSSIÊ

Políticas de Ações Afirmativas:  
experiências e desafios

**v.30 n.1**

Jan-Jun/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.1

Kátia Sento Sé Mello UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lois Mailou Jones (1905-1998)  
*Heritage, 1936.*

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)

[@revistapraia vermelha](https://www.instagram.com/revistapraia vermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

# Sumário

	<b>Apresentação</b>	<b>5</b>	
	<i>Patricia Silveira de Farias &amp; Kátia Sento Sé Mello</i>		
<b>DOSSIÊ</b>	<b>Ações Afirmativas como interface dos direitos humanos e sua presença na legislação brasileira</b>	<b>9</b>	
	<i>Marcio Toledo Rodrigues</i>		
	<b>Lutas por Direitos em Campos de Poder: em foco o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas-RJ</b>	<b>34</b>	
	<i>Ludmila Maria Moreira Lima</i>		
	<b>Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro</b>	<b>62</b>	
	<i>Márcia Leitão Pinheiro &amp; Elielma Ayres Machado</i>		
	<b>Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e Desigualdade no Acesso à Educação</b>	<b>88</b>	
	<i>Nino Rafael Medeiros Kruger &amp; Isabela Baptista Alves</i>		
	<b>Ação Afirmativa, Memória e Reconhecimento: Relações Raciais e Experiências Negras nas narrativas do Rap</b>	<b>115</b>	
	<i>Jéssica Hipólito, José Jairo Vieira &amp; Andrea Lopes da Costa Vieira</i>		
<b>TEMAS LIVRES</b>	<b>A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas</b>	<b>138</b>	 Você está aqui.
	<i>Thiago Bazi Brandão</i>		
	<b>O sub-registro de nascimento e as ações para sua erradicação na cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>163</b>	
	<i>Vinicius Monteiro Oliveira de Souza</i>		
	<b>Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública</b>	<b>187</b>	
	<i>Alzira Mitz Bernardes Guarany</i>		
<b>ENTREVISTA</b>	<b>Mary Garcia Castro</b>	<b>212</b>	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas

**Trabalho**  
**Classe Social**  
**Consciência de Classe**  
**Luta de Classes**

Neste artigo será feita uma incursão nas obras clássicas de Marx e outros autores com a finalidade de identificar as diferenças fundamentais na construção do conceito de classe. O objetivo é apresentar a relevância deste conceito para subsidiar as análises dos fenômenos sociais contemporâneos. Serão abordadas as polêmicas em torno do fim das classes nas sociedades contemporâneas, para defender a atualidade do debate marxiano.

### Thiago Bazi Brandão

Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília, atua como consultor técnico legislativo - Assistente Social da Câmara Legislativa do Distrito Federal e é docente do Centro Universitário Projeção.

*thiagobazibrandao@gmail.com*

Class condition under discussion:  
theoretical and historical reflections

In this article an incursion will be made into the classic works of Marx and other authors in order to identify the fundamental differences in the construction of the concept of class. The objective of this text is to present the relevance of this concept to support the analysis of contemporary social phenomena. The polemic surrounding the end of classes in contemporary societies will be addressed in order to defend the actuality of the Marxian debate.

**Work**  
**Social Class**  
**Class Consciousness**  
**Class Struggle**





## Introdução

O dia 15 de maio de 2019 marcou a retomada das lutas sociais no Brasil em defesa da educação e dos direitos sociais, estes que pautaram historicamente as mobilizações dos trabalhadores no Brasil. Observou-se nos últimos anos, no Brasil, forte tensão entre dois grupos ou classes sociais, um denominado de direita e outro denominado de esquerda. Representativa foi a manifestação realizada em 2016 em Brasília, na qual foi colocado um muro para dividir os manifestantes de acordo com a corrente política que defendiam.

A explicitação desse fenômeno aconteceu nas eleições de 2018 em que foi polarizada a disputa do candidato classificado de direita “Jair Bolsonaro” e do candidato classificado de esquerda “Fernando Haddad”. Os relatos dos fatos apresentados indicam a presença das lutas sociais na contemporaneidade. Neste sentido, neste texto se incursionará na análise do conceito de classe social, verificando em que medida sua construção é válida para pensar sobre o momento presente.

O presente artigo tem por objetivo explicitar o debate teórico conceitual clássico e contemporâneo sobre classe social. Neste percurso serão analisadas as diferentes visões sobre esse tema, com o intuito de demonstrar a relevância desse debate para os estudos dos fenômenos sociais na atualidade, haja vista a continuidade dos processos geradores de desigualdades sociais, assim como de lutas de classes.

Como aspecto central nesse debate será abordada a seguinte categoria: o fenômeno da classe social – relacionado ao modo de produção capitalista, à estrutura social, à situação de classe, à conjuntura, à luta de classes e à consciência de classe. Serão também apresentadas as visões dissonantes que apregoam o fim das classes sociais ou a emergência de uma possível “classe média”. Na síntese, identificar-se-ão a presença e a relevância desta discussão na atualidade.

## Os fundamentos marxianos e marxistas do conceito de classe social

O termo classe pode ser apreendido sumariamente como o agrupamento de pessoas dado por um determinado critério de classificação social e econômica. Destarte, entende-se a ideia



de classe associada à noção de estrutura social, hierarquia, desigualdade social. Bottomore e Outhwaite (1996, p. 95) indicam possibilidades analíticas para o uso da categoria classe social:

O paradigma de classe é uma das abordagens mais bem-estabelecidas para a análise de dados sobre a estrutura social. Dentro desse paradigma, a pesquisa concentra-se em detectar diferenças entre classes sociais com relação a: (a) quota, de cada uma, de bens distribuídos desigualmente; (b) as atitudes e opiniões variadas; (c) o comportamento político e as ações de grupos comuns; e (d) os padrões de mobilidade social.

O conceito de classe social é analisado por Marx (1990) nas “relações de distribuição que são expressão imediata das relações de produção”. Por isso, privilegia a análise de três grandes classes, a dos trabalhadores assalariados, a dos capitalistas e a dos proprietários fundiários (MARX, 1990). Estes últimos são percebidos como trabalhadores improdutivos, pois servem à reprodução do capital, mas não participam diretamente da sua produção. Haddad (1997) argumenta que a crítica comum da teoria de classes de Marx defende que o aumento dos trabalhadores de escritório – corroborada por Weber (1999) – implicou a criação de uma nova classe, às vezes nomeada de classe média, no entanto, a diferenciação destes sujeitos constituindo uma nova classe se processou apenas para alguns segmentos, que assumiram uma condição de *status* diferenciada, gozando de privilégios e de acesso restrito a determinados poderes e direitos.

Como assevera Bensaid (MARX, 2010, p.25), o debate ensejado na obra *A questão judaica* “aparece como ponto de partida de uma crítica dos limites da Revolução Francesa e da retórica dos direitos do homem”, porquanto as revoluções burguesas propiciaram conquistas de direitos, mas não libertaram a humanidade dos grilhões da exploração do trabalho. A substituição de Deus, pelo Estado e o Dinheiro, como ressalta o autor, mantém a mistificação da realidade, apenas mudando o rótulo que separa o “véu das aparências” da essência da dominação capitalista.

Em um esforço de discutir o conceito de classe social, Santos, T. (1982) revisita as análises históricas que buscaram pensar sobre as formas de divisão da sociedade, passando por momentos marcantes, como a Grécia e Roma antiga, nas quais a sociedade



estava dividida por escravos e cidadãos; depois trata da Revolução Francesa e da estratificação da sociedade em três Estados, que incluía a aristocracia e clero, a burguesia e os trabalhadores (urbanos e camponeses). Encontra mais adiante, nas obras de Adam Smith, Proudhon e Rosseau, reflexões que consideram a propriedade o fator de divisão das classes sociais. Neste condão, Marx (1990) vai se destacar ao tentar sistematizar o conceito de classes, tarefa inconclusa em sua obra que abriga uma diversidade de interpretações em torno deste conceito, mas que parte do entendimento da posse ou não de propriedade como fator determinante para a configuração da classe social.

Santos, T. (1982) considera que o pensamento marxiano indica níveis diferenciados para se proceder a definição do conceito de classe, a saber: o modo de produção, a estrutura social, a situação social e a conjuntura. Esses níveis revelam a necessidade de tratar o tema na sua processualidade histórica. Considerar o modo de produção implica olhar as classes perante o desenvolvimento das forças produtivas em determinado estágio da civilização, bem como diante das relações sociais de produção, ou seja, de como os sujeitos se organizam para produzir. Logo, cada modo de produção desenvolve uma estrutura social configurada historicamente em que se encontram variações do modo de operacionalização da acumulação capitalista que vão repercutir nas formas de exploração da força do trabalho, bem como nas relações sociais e nas lutas de classes ensejadas por esse sistema. Para Santos, T. (1982, p.25) o nível da situação social remete à “descrição de uma sociedade concreta” em que se torna possível verificar a multiplicidade de contradições camufladas pela aparência turva do real, como:

os problemas de contradições entre os interesses de uma classe e seus interesses imediatos, as contradições entre os seus interesses de classe e suas origens históricas; entre sua mentalidade condicionada pela estrutura existente, os valores de estratificação social, relações de tipo racial, etc, e os interesses de classe que condicionam as possibilidades de sua atuação de classe (SANTOS, 1982, p. 27).

Para fechar o rol de níveis de análise do conceito de classe, o referido autor aponta para a necessidade de se pensar a conjuntura que apresenta o molde concreto da dinâmica de composição das classes em um momento histórico e em um





espaço geograficamente situado. Por isso, as críticas que sinalizam uma miríade de classes descobertas e analisadas por Marx demonstram na sua intimidade níveis distintos de aprofundamento histórico e teórico do conceito de classe social.

Uma polêmica tratada por diversos pensadores marxistas refere-se à vinculação da consciência de classe com a existência de uma classe social. Santos, T. (1982) dissocia essas duas concepções, pois ao se considerar a estrutura social, a situação social e a conjuntura torna-se possível visualizar classes sociais apropriadas ou não de uma consciência de classe. Santos (1982, p.36) procura sistematizar alguns conceitos relacionados ao de classe para esclarecer o pensamento marxista sobre o tema.

Por consciência de classe se entende a expressão sistemática dos interesses das classes sociais; por ideologia, a operacionalização desses interesses em metas e meios definidos para alcançá-los; por psicologia de classes se entende o modo de pensar e sentir de determinados agregados humanos em uma situação ou momento dado.

As críticas formuladas ao conceito de classe social elaborado por Marx foram revisadas por Santos (1982) e aqui divididas em cinco eixos:

- O primeiro ponto analisa a visão de classe proletária como missionária, redentora, em busca de uma finalidade.
- O segundo ponto sinaliza a existência de conceitos distintos e sobrepostos, às vezes conflitantes.
- O terceiro ponto critica a precisão do número de classes existentes que varia em conformidade com a obra apresentada por Marx.
- O quarto ponto argumenta que o conceito de ideologia formulado por Marx é confuso, pois ora é apresentado como falsa consciência ora como interesses de classe.
- O quinto ponto considera a negligência de análise de alguns grupos ou classes, como a burocracia e os setores da pequena burguesia.

Perante as considerações críticas ao pensamento marxiano, Santos, T. (1982, p. 41) elabora um conceito de classes fundado em quatro dimensões, a saber:





1. Agregados de indivíduos
2. Básicos na sociedade
3. Opostos entre si
4. Em relação à sua função no processo produtivo quanto a:
  - a) relações de trabalho, b) propriedade.

As dimensões constituintes deste conceito permitem, conforme Santos, T. (1982), realizar investigações concretas das classes em movimento, a partir da análise do processo produtivo, dos interesses sociais, da consciência e da psicologia de classe, que combinados possibilitarão uma aproximação mais verossímil com a realidade.

Acrescenta-se a esta discussão o debate sobre as classes médias e a classe dos gestores de empresas, fundos de investimento e ações, que está mais presente nos dias de hoje. A despeito das classes serem considerados agrupamentos abertos, observa-se que o acesso a uma classe é relativo e condicionado à mudança de percepção sobre o mundo, de estilo de vida, entre outros.

As análises de Thompson (1981) enriquecem o debate na medida em que levantam a possibilidade de se pensar sobre as classes sob dois aspectos: o primeiro relativo à vivência real, concreta e histórica das classes no seu dia a dia, nas práticas, nas suas lutas e relações sociais situadas em determinado contexto, o segundo como categoria analítica responsável por compreender as características do fenômeno do ponto de vista teórico. Assim, o autor questiona as investigações que se pautam em dividir as classes segundo critérios econômicos enquadrando os sujeitos em determinadas formulações tipicamente ideais.

Os estudos de Fernandes (1975) e Oliveira (1987) tentam de forma empírica demonstrar a validade dos conceitos de classe social na América Latina e na cidade de Salvador, respectivamente. Constatam os autores que o tônus das classes sociais vai se moldar a partir da formação sócio-histórica e do arranjo próprio das relações sociais de produção e das forças produtivas situadas em determinado espaço e tempo.

Nessa perspectiva o debate sobre a quantidade e qualidade de classes sociais existentes e quais são essas classes aparece insistentemente revelando oposições e contradições das matrizes teóricas existentes, especialmente a marxista e a weberiana.





Sorokin (1979, p.89) afirma que no período que vai da Revolução Francesa aos dias de hoje, especificamente na sociedade ocidental, apresentaram-se particularmente quatro classes sociais: “a) os trabalhadores na indústria, ou classe operária; b) a classe camponesa; c) a classe em decadência dos senhores de terra; d) a classe capitalista”. Stavenhagen (1979) avança na discussão indicando que nas diferentes formações sócio-históricas observa-se a existência de classes fundamentais e classes secundárias, o que revela a multiplicidade de classes existentes.

A literatura marxista e a obra marxiana defendem a existência das classes, pois o método da dialética materialista captura da realidade os elementos que permitem ao investigador desvendar as categorias analíticas. Já os métodos quantitativos utilizados na Sociologia Americana para a definição de classes baseiam-se na identificação das características de utilização da renda e de modo de vida dos grupos sociais. Neste sentido, brotam os estudos sobre estratificação social, que buscam localizar o indivíduo em uma determinada posição social, considerando a existência de desigualdades no que tange ao acesso a bens, serviços, direitos e responsabilidades dos sujeitos. No entanto, nestas formulações se questionam os critérios adotados para definir os estratos, tais como: “o montante de rendimentos, a origem dos rendimentos, a riqueza, a educação, o prestígio da ocupação, a área residencial, a raça ou etnia e outros critérios secundários” (STAVENHAGEN, 1979, p. 136-137). Os limites da estratificação, além do viés do pesquisador dado pelo critério que se utiliza para estratificar, encontram-se no fato de que as análises resultantes desses estudos estão restritas à descrição de dados empíricos, enquanto que o debate marxiano de classes sociais busca dialogar e relacionar o movimento das classes sociais com as estruturas societais, o que torna o conceito de classe uma categoria analítica.

Alves e Antunes (2004), autores marxistas, defendem que a classe trabalhadora sofreu transformações desde sua consolidação, como sujeito político e histórico no século XIX, analisada com rigor por Marx. Alves e Antunes (2004, p. 336) compreendem esta classe como “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme denominação aqui utilizada – e que são despossuídos dos meios de produção”. Observam também alterações fundantes no modo de produção capitalista





que reconfigurou a condição proletária dos dias de hoje. Expressão da precariedade nas relações de trabalho se encontra na fragilização dos vínculos empregatícios, nos contratos por tempo parcial, na diminuição do quantitativo de trabalhadores da indústria com estabilidade funcional garantida e na ausência de direitos trabalhistas e remunerações inferiores. As mulheres, conforme Alves e Antunes (2004), são aquelas mais recrutadas nos empregos precários. Antunes (2018) atualiza esse debate se remetendo à experiência precarizada do trabalhador digital em seu livro “Privilégio da Servidão” (2018).

Assim, diante da ausência de emprego os jovens em busca do primeiro emprego, pela desvantagem na negociação com o empregador, tem sido recrutados em larga escala para trabalhos repetitivos, desgastantes e precários. Os autores destacam o aumento dos trabalhadores no setor de serviços associado a bloqueios etários aos trabalhadores jovens e idosos, que encontram dificuldades de ingressar ou manter-se no mercado de trabalho.

O terceiro setor, com o advento do neoliberalismo e a predominância do modelo plural de bem-estar, tornou-se a alternativa de inserção no mundo de trabalho, apesar de não apresentar as mesmas condições do mercado formal de trabalho. Constatam ainda Alves e Antunes (2004) o incremento do número de trabalhadores em domicílio, transnacionais, que à distância prestam serviços, em algumas circunstâncias diuturnamente, para grandes ou pequenas corporações. Por outro lado, não fazem parte da classe trabalhadora:

... os gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, na gestão e no sistema de mando do capital. Estão excluídos também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação (ALVES; ANTUNES, 2004, p.343).

Os autores concluem que a classe trabalhadora está constituída por uma miríade de formas de inserção no mundo do trabalho que variam em termos de acesso a direitos e condições de trabalho, mas que integram um núcleo comum, qual seja, daqueles que nada possuem para garantir a sua sobrevivência, apenas a força de trabalho. A questão que fica das análises





apresentadas é: seria possível dar unidade na forma de uma consciência de classe a um grupo tão heterogêneo de trabalhadores?

Polanyi (1980, p.156), por sua vez, analisa o conceito de classe indicando a sua insuficiência para a interpretação das transformações sociais, pois “os interesses da classe oferecem apenas uma expressão limitada para os movimentos das sociedades a longo prazo.” Inclui para reflexão a necessidade de se pensar sobre as disputas pelos domínios não materiais relacionados a: status, estabilidade, segurança e outros fatores motivadores das mudanças sociais.

O referido autor analisa a transformação processada na sociedade dos séculos XVIII e XIX a partir da emergência da instituição mercado capitalista. No entanto, não atribui à classe burguesa a responsabilidade por essa revolução, tendo em vista que sua percepção de classes leva em consideração a formação de interesses difusos, concentrados, dispersos, a depender do contexto de que se trata. Assim, nesta perspectiva Polanyi (1980, p.157) afirma que “os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao status e segurança, isto é, eles são basicamente não econômicos e sociais”.

Ao resgatar a obra marxiana, Frederico e Teixeira (2010) concebem as classes como fruto da divisão estrutural da sociedade dada pelas relações sociais de produção, contrapondo-se à percepção típica da visão estratificadora da sociedade que percebe as classes sociais conforme renda e ocupação. Para estes autores, esta visão é simplista e não consegue absorver as contradições e direcionamento apontados pelos sujeitos ante as determinações da realidade.

A discussão sobre as distinções entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo é tensa nos debates marxistas. Recorrendo aos estudos de Marx (1990), perceber-se-á que o trabalho produtivo é aquele responsável pela criação de valor de troca, portanto, associado à produção de mais-valia. O trabalho improdutivo tem utilidade para o processo produtivo capitalista, mas não gera diretamente mais-valia, como é o caso dos servidores públicos, por exemplo, de professores de escolas técnicas, que formam mão de obra para o mercado de trabalho e estarão inseridos em processo de geração de mais-valia. Neste





sentido, a distinção sobre trabalho produtivo e improdutivo não está ligado ao setor em que o trabalho está sendo realizado, agrícola, industrial ou serviços, mas sim à capacidade de geração de mais-valia (LESSA, 2009).

Beluche (2002) assevera que os trabalhadores do Estado e do comércio não representam um conjunto à parte da classe trabalhadora, pois estes realizam indiretamente o mais trabalho para o capitalista, mesmo não gerando eventualmente lucro ou mais-valia. O autor qualifica de formas transitórias de trabalho aquelas em que a habilidade ou o conhecimento acumulado pelo autor geram um produto concreto, que pode ser plenamente apropriado pelo autor ou feito como objeto de troca apropriado mercantilmente pelo capitalista, tendência comum na contemporaneidade no trabalho artístico e de cuidados. Além desse grupo, Beluche destaca o papel dos trabalhadores que têm a sua condição de espoliados, mas ao mesmo tempo representam o discurso capitalista de controle da mão de obra, como o fazem os capatazes, chefes, gerentes, supervisores e grandes gestores, uns mais outros menos próximos da condição capitalista.

Offe (1989) desnuda as relações, ou melhor, lutas entre os trabalhadores e burgueses no mercado de trabalho mostrando que convivem relações desproporcionais de riscos entre a oferta de força de trabalho e a demanda, além disso, acrescenta-se que a depender da condição ocupacional, social, de gênero, faixa etária, raça e etnia, os riscos podem se agravar. A desvantagem estrutural do trabalhador diante do mercado de trabalho assume dimensões variáveis, dependendo do tipo de inserção no mundo do trabalho. Offe (1989, p.58) apresenta assim quatro tipos desta inserção:

- As partes inativas da população – os que asseguram sua reprodução “a partir de direitos adquiridos ou garantias de sustento (ex.: crianças, estudantes colegiais, donas de casa, doentes crônicos e rentistas). Sua função produtiva não está regulada por contratos de trabalho, mas por direitos e obrigações vinculados ao status.
- Desempregados – aqueles que “procuram emprego por conta própria”.
- Empregados – “que estão ocupados de modo dependente, encontrando-se em relações de trabalho não denunciadas.





Nesse grupo tem lugar uma contínua troca de força de trabalho por renda monetária, no contexto dos contratos de trabalho”.

- Autônomos – por possuírem bens de produção, com eles podem combinar sua força de trabalho, não precisando vendê-la.

De acordo com o autor, para os ofertantes a disputa está em obter maiores e melhores níveis de qualificação que a eles permitam competir com os demais trabalhadores. Essa tese pode ser comprovada na disputa acirrada por vagas nos concursos públicos que têm gerado a profissão do “concurseiro” àquele que se qualifica e adquire conhecimentos estratégicos dirigidos à obtenção de um lugar no serviço público, lócus no qual os direitos sociais estão mais consolidados em relação aos trabalhadores precarizados.

É fato que as estratégias individuais beneficiam poucos trabalhadores, o que tem demandado ações coletivas que apresentem maiores condições de obtenção de resultados para os trabalhadores, incluindo políticas de qualificação profissional ou acordos para protegê-los contra ameaças de demissão.

A análise da sociedade sob o enfoque da divisão em classes já foi alvo de investigações por parte de Aristóteles, São Tomás de Aquino, Smith, Saint-Simon e Proudhon, os quais já percebiam a existência de relações desiguais de classe. Marx, no entanto, foi o expoente maior destes estudos na medida em que não se limitou a identificar as classes sociais existentes, mas trouxe à tona elementos como a consciência e a luta de classes indissociados da produção e reprodução das relações de desigualdade.

Considerando a ação dos sujeitos no processo das políticas públicas, se podem visualizar interesses em conflito na arena política, que podem ser decorrentes, a partir de uma leitura de classe de Marx, da luta entre os interesses do trabalho e os do capital. Marx e Engels (2001), no “Manifesto do Partido Comunista”, argumentam que no modo de produção capitalista existem duas classes em confronto, a saber: o proletariado, que só detém a sua força de trabalho (e da sua prole), e a burguesia, detentora dos meios de produção. Em outros estudos, como no livro “O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”, Marx (2000) desenvolve a noção de frações de classe da burguesia e do





proletariado, mas que estariam sempre remetidas aos interesses do capital ou do trabalho.

Destaca-se que Marx aponta a existência de classes fundamentais para o modo de produção capitalista, mas não exclui a existência de um conjunto diversificado de classes sociais, que são melhor identificadas em análises históricas concretas. No estudo sobre luta de classes na França ou no “Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte”, as classes são lidas sob o enfoque marxiano a partir do papel desempenhado na produção. Destarte a posição ocupada em termos de renda, consumo e riqueza resulta da participação das classes no processo produtivo, validado pela propriedade que possuem.

A investigação das classes deve ser realizada sob a acepção marxiana considerando dois níveis, como salientado por Duriguetto e Montañó (2011, p. 91-92), a dimensão do modo de produção e a formação econômica e social. Esta última dimensão apresenta o tom concreto da realização das classes e indica a existência de uma multiplicidade de classes sociais. A classe burguesa, por exemplo, na atualidade, apresenta contornos cada vez mais variados, determinados pelo tipo de propriedade, seja renda no mercado financeiro, industrial, propriedades de terra, entre outros. Já a classe trabalhadora que é marcada pela necessidade da venda da sua força de trabalho se mostra, no cenário contemporâneo, moldada por formatos diversos, seja do trabalhador desempregado, do trabalhador elitizado com altos salários, do trabalhador informal, do trabalhador que depende dos benefícios sociais.

Para Poulantzas (1977, p.14), que entende o Estado como jogo das contradições e conflitos entre a classe burguesa e as frações desta classe, a definição de classe é assim descrita:

(...) seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura – relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes.





A miríade de formas assumidas pela classe trabalhadora afeta a noção de classe para si, cunhada por Marx, que designa o sujeito histórico das lutas. A organização desta classe está fracionada, por interesses corporativos e localizados, dada a imersão possível realizada na vida cotidiana em que prevalece a imediatividade dos interesses privados.

Poulantzas (1977, p. 77) incursiona sua análise da obra Marx, “18 Brumário de Louis Bonaparte”, e identifica a força social do papel dos camponeses na luta de classes. O citado autor contrasta o caso Bonapartista da França, com a Alemanha no contexto de Bismarck, e observa que na Alemanha os camponeses não ocuparam o papel de classe distinta, tendo em vista a prevalência de aspectos feudais na composição do Estado Alemão. Extrapolando a tese das forças sociais exercidas pelos grupos em contextos históricos e nacionais específicos, se pode perceber no Brasil a emergência da classe camponesa com as ligas camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, responsáveis por negociar direitos à população rural dantes escravizada.

Com foco no objeto de estudo vê-se que a burocracia, com feições patrimoniais, atuou historicamente como força social buscando a sua manutenção nos postos de poder. Independente do vínculo político e patriarcal exercido, esse grupo procurou manter seu posto na máquina do Estado recorrendo à sua experiência e práticas acumuladas no seio do aparelho estatal.

Poulantzas (1977) formula conceituação própria para definir os grupos sociais que emergem da complexificação das relações sociais e da luta de classes na sociedade capitalista, avançando em relação a Marx que não precisou estes termos. Poulantzas (1977, p.83) defende que o termo camada expressa “certas franjas-limites das classes, categorias e frações que podem, sem serem forças sociais, influir na prática política daquelas”, e cita como exemplos a aristocracia operária, a alta administração burocrática, entre outros.

Cabe, a título de conceituação, apresentar as variações no interior das classes, designadas por Poulantzas (1977, p. 81-82), de modo a se selarem parâmetros da leitura marxista sobre as formas assumidas pelas classes no cenário contemporâneo:





(...) a) por categorias sociais, poderemos entender, particularmente, conjuntos sociais com ‘efeitos pertinentes’ – que podem tornar-se, como Lenin mostrou, forças sociais – cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas: é nomeadamente o caso da burocracia, nas suas relações com o Estado, e dos intelectuais, nas suas relações com o ideológico.

(...) b) designamos por frações autônomas de classe as que constituem o substrato de eventuais forças sociais, por frações, os conjuntos sociais suscetíveis de se tornarem frações autônomas: isto segundo o critério dos “efeitos pertinentes”

(...) c) poderemos reservar o termo camadas sociais para indicar os efeitos secundários da combinação dos modos de produção, em uma formação social, nas classes – é o caso da “aristocracia operária” de Lenin – nas categorias – por exemplo, as cúpulas da burocracia e da administração de que fala Lenin – e nas frações.

Em reflexões contemporâneas, Wood (2011) travou o debate sobre o conceito de classe e identificou duas grandes formas de apreender o significado do termo: uma que valoriza elementos de distinção, dado por fatores econômicos que posicionam os indivíduos em determinada escala social, outro que qualifica a relação estabelecida entre aqueles que trabalham e aqueles que se apropriam do trabalho excedente. Critica a primeira visão por considerá-la rígida não percebendo as relações vivenciadas pelos sujeitos no processo histórico, por isso postula que “o peso de uma teoria marxista de classe deve recair menos na identificação das localizações de classe do que na explicação dos processos de formação de classe” (WOOD, 2011, p.77). As relações estabelecidas no interior das classes e nas ligações entre classes que são experimentadas a cada período histórico importam mais para esta leitura de Wood (2011) sobre classe, que está calçada na análise da obra de Thompson (1987). Destaca assim a autora a necessidade de se pensar sobre as experiências compartilhadas pelos membros de classe.

Questiona a referida autora que sujeitos que se posicionam de forma semelhante na estrutura social não necessariamente estão colocados no mesmo patamar do processo produtivo, ou seja, não representam os interesses de apropriadores do trabalho ou trabalhadores.





Dirigindo-se a outra corrente teórica tem-se a definição de Weber (2004, p.176), de classe:

[...] certo número de pessoas que tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que esse componente é representado exclusivamente pelo interesse econômico da posse de bens e oportunidades de renda, é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.

Em sendo assim, a situação de classe é o elemento constituinte da classe. Nessas ações sociais conflitantes entre os agentes econômicos, há grupos que são beneficiados de antemão, pois têm melhores oportunidades; em outros termos, existem os não proprietários e os proprietários. A ação dos membros das classes é resultante dos diferentes recursos empregados na luta por um espaço no mercado, assim os proprietários utilizam seus bens, por exemplo, e os não proprietários lançam mão da sua força de trabalho para ofertá-la no mercado. Os não proprietários, ou melhor, os trabalhadores distinguem-se pela qualificação no trabalho que repercute no serviço oferecido e na posição ocupada no mercado de trabalho (comerciário, industrial, servidor público, etc.), bem como pelo seu pertencimento a um grupo (sindicatos, associações e outros) e pela maneira que racionalmente utilizam seus meios para a efetivação de seus objetivos (ação societária), tal como o fazem os sindicatos.

#### **A discussão contemporânea sobre o conceito de classe social – polêmicas e contradições**

A complexidade do processo produtivo contemporâneo parece esconder os traços marcantes da lógica da exploração do trabalho no capitalismo ao capturar o trabalhador por um lado. Ao mesmo tempo a divisão da sociedade em classes sociais parece ficar escancarada no contexto do desemprego estrutural e do crescimento significativo de pessoas dependentes de programas de transferência de renda e em situação de extrema vulnerabilidade social que não encontram espaço no mundo do trabalho, como mostra Castel (2005), em sua obra “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”.

Esse debate se amplia na sociologia contemporânea em função da noção de “classe média”. O surgimento deste termo, conforme





Bottomore e Outhwaite (1996), se deve à emergência das profissões de “colarinho branco” que buscavam se diferenciar dos operários em função do exercício de atividades de gestão e planejamento de processos de trabalho. Poulantzas (1974) qualifica de nova pequena burguesia especialmente os trabalhadores dos serviços não filiados à ideia de operariado. O fato é que esse agrupamento aumenta exponencialmente nas sociedades, mas sua atuação é mais individualizada como relata Beck (2010), o que dissolve, para esta concepção teórica, a definição tradicional de classe marxiana, conforme será visto a seguir.

Para Giddens (1994), o sistema de classes contemporâneo está complexificado e os embates não se limitam às relações entre burgueses e proletários, pois vigem conflitos entre capitalistas industriais e financeiros, pequenos proprietários e grandes corporações do mesmo ramo de atuação, além das disputas, que se estabelecem entre trabalhadores estáveis e precarizados e/ou desempregados, em que a qualificação profissional e a experiência no ofício constituem credenciais que distinguem estes sujeitos no mundo do trabalho. A classe refere-se, nesta perspectiva, às condições objetivas de determinados sujeitos que possibilitam maior ou menor acesso a recursos econômicos.

Gorz (2007) destaca ainda o debate sobre a sociedade dual, separada por administradores profissionais com uma condição econômica, de *status* e ocupação profissional diferenciada em relação a um enorme grupo que constitui a mão de obra periférica e flutuante, que exerce atividades mais simples, com menor *status* e remuneração. Esse processo afetou diretamente a organização dos trabalhadores, via sindicatos, bem como a conquista e defesa de direitos historicamente consagrados.

Importa ressaltar que essa dualidade se expressa nos diferentes espaços ocupacionais, mais costumeiramente percebida na divisão entre trabalhadores de colarinho branco (gestores, executivos, entre outros) e trabalhadores de colarinho azul (operários, trabalhadores manuais, entre outros). Ilustrativa a composição da Administração Pública Federal brasileira, que ao mesmo tempo em que valorizou carreiras de “Estado”, como os especialistas em políticas públicas ou regulação, terceirizou atividades operacionais, despreocupando-se com as condições



de trabalho de grande parcela dos trabalhadores que servem à máquina estatal.

Antunes (2005), por sua vez, anuncia a perspectiva de integração do conjunto da classe trabalhadora, tanto aquela que usufrui concessões e benesses do capital como a outra parcela terceirizada, subempregada, desempregada, que se encontra em condições precárias de trabalho. A proposta de aglutinação da classe que vive do trabalho representa potencialmente uma força estratégica para o enfrentamento da lógica do capital.

Offe (1989, p.54), por outra via, argumenta que existem também as estratégias corporativas que reduzem a colisão individual entre trabalhadores, mas tensionam as relações entre grupos de trabalhadores que podem estar no contexto da mesma classe que vive do trabalho, como indica abaixo:

O recurso à aquisição ou defesa de vantagens grupais de *status* no mercado de trabalho apresenta-se como um deslocamento do diferencial de poder entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, para dentro da própria oferta, isto é, como uma superação do diferencial de poder entre os lados da oferta e da demanda, através do estabelecimento de um novo diferencial de poder entre grupos de ofertantes de mão-de-obra, estrategicamente melhor ou pior situados.

O movimento descrito por Offe (1989) sobre a luta dos trabalhadores pela manutenção do seu espaço de trabalho responde a proposição de Antunes (2005) de agrupamento do conjunto da classe trabalhadora. O mundo do trabalho na sua dinâmica fragmentadora, complexa e heterogênea, como diz Antunes (2005), estabelece condições adversas tais que impulsionam a agregação dos trabalhadores por semelhança e em circunstâncias específicas a competirem com segmentos distintos de trabalhadores. Forja-se uma pseudoluta de classes por melhores condições de trabalho e vida no cerne da classe que vive do trabalho. Galvão (2007) mostra, em estudo sobre as repercussões do neoliberalismo sobre a classe trabalhadora no Brasil, em que medida os interesses dos trabalhadores do setor público foram cindidos em relação aos trabalhadores do setor privado. Para isso a autora citada recorreu ao exemplo da atuação da Força Sindical na década de 1990 e nos anos 2000, quando esta fez campanhas em detrimento dos direitos e salários dos servidores públicos.



Alves (2005) observa que o fracionamento das classes sociais é aguçado com a implantação dos novos arranjos de gestão do trabalho de tal modo que se forma uma classe de pensadores bastante qualificados que usufrui certa estabilidade e benefícios específicos ao passo que emergem os “subproletários tardios”<sup>1</sup> que executam tarefas manuais, com baixa exigência de qualificação, baixos salários e contratos flexíveis. “O novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2005, p. 66) mostra uma brutal estratificação na condição de trabalhador, acirrando as disputas por melhores postos de trabalho. Basta observar estabelecimentos comerciais, repartições públicas, escritórios de profissionais liberais, residências, condomínios, trajas, entre outros aspectos que denotam as diferenças geradas nas vidas das pessoas pelo tipo de trabalho e direitos que desfrutam. A solidariedade de classe é fraturada pela diversificação do mercado de trabalho, ao passo que os sistemas de proteção social também são afetados por essa nova dinâmica capitalista.

(...) o desenvolvimento do sindicalismo vai ocorrer numa perspectiva de mera adaptação à nova ordem do capital, na qual, o sindicato deve tornar-se um apêndice do capital, um mero gestor da participação dos trabalhadores na produção do capital, assumindo um cariz neocorporativo, estreito (e excludente), perdendo seus laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho (ALVES, 2005, p.96).

A leitura de Beck (2010) das transformações no mundo do trabalho castigou para o autor a ideia de classe trabalhadora, inaugurando o período das classes trabalhadoras, cada vez mais estratificadas. Ele é um dos autores contemporâneos que defende a tese do fim das sociedades de classes. Beck (2010, p.108) defende que nos tempos de hoje as desigualdades foram intensificadas, mas ganhando nova formatação em que as distâncias individuais aumentam em relação às desigualdades de classe, pois “de modo tendencial, surgem formas e situações existenciais individualizadas, que obrigam as pessoas a colocarem-se a si mesmas – por conta de sua própria sobrevivência material – no centro da criação e da execução de seus próprios planos de vida”. O referido autor argumenta que o fenômeno do “efeito elevador”, identificado na Alemanha, não pode ser percebido se for adotado um olhar a partir das



classes, pois as desigualdades entre as grandes classes não foi alterada, mas aos sujeitos individualizados as circunstâncias foram deterioradas agravando as condições de vida dos indivíduos pauperizados e por outro lado, criando “um mundo das mil maravilhas” restrito a poucas famílias. O autor mencionado diz mais: que estas pessoas são responsabilizadas totalmente pela situação de precariedade e desemprego que vivenciam. Constata:

um afastamento geral entre, de um lado, empresários e trabalhadores autônomos, e de outro, todos os demais trabalhadores. Isto vai acompanhado de uma proteção crescente da parte da população que está firmemente integrada no mercado de trabalho, que globalmente se contrai, e de uma minoria cada vez menos minoritária que, na zona cinzenta da desocupação, do subemprego e do desemprego permanente, vive às expensas de recursos públicos sempre mais escassos ou do trabalho informal ou clandestino (BECK, 2010, p.135).

O desemprego, que inicialmente era temporário, vai se impregnando no sujeito, tornando-se uma marca social. A responsabilidade da condição de desemprego passa a ser exclusiva do desempregado, lançado à sua própria sorte para resolver esta situação. Para Beck (2010), escapa-se de uma sociedade de classes para uma sociedade de risco, em que os indivíduos não encontram portos de sustentação solidária para enfrentar os riscos considerados destinos individualizados. A visão do autor deve ser criticada na medida em que desconsidera a processualidade histórica da abordagem marxiana do conceito de classe, ou seja, não admite mudanças na configuração das classes estabelecida pela situação social, conjuntura e estrutura do modo de produção capitalista na sua roupagem atual, em que há a hegemonia do capital financeiro, a expansão do setor de serviços e das relações informais de trabalho.

De fato, a visão do referido autor retrata os desafios da vida dos trabalhadores na contemporaneidade, contudo, percebe-se que os aspectos determinantes da condição de classe, como o trabalho assalariado, a propriedade privada ainda dividem radicalmente a sociedade entre trabalhadores e burgueses.

De modo a capturar os aspectos fundamentais do debate sobre classe se buscam os estudos de Iasi (2011) para extrair as principais críticas e os determinantes desta construção histórica e teórica.



O referido autor discute a validade do conceito de classe marxiano na atualidade, considerando o debate forjado por autores, como Dahrendorf (1959), Adorno e Horkheimer (1985), Waizbort (1998), Beck (2010), que indagam a adequação do termo ao cenário atual. Destacam que a ideia de classe não representa mais uma identidade coletiva, capacidade de agregação dos sujeitos coletivos em torno da transformação societária. Sustentam esta tese apresentando para o debate os novos movimentos sociais que tratam da questão das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiência entre outros, como núcleos geradores de identidade coletiva na cena contemporânea. Os mesmos autores indicam que as classes não se fundiram em proletariado e burguesia, mas acabaram se fragmentando ainda mais. Teria ganhado espaço uma classe média constituída por trabalhadores com uma formação profissional especializada e melhores níveis de remuneração. No contexto de diluição dos interesses de classe ganham espaço, conforme Iasi (2011, p.103), “as ferramentas de representação institucional que permitem a gestão de recursos e a sua distribuição”.

O autor mencionado enfrenta o desafio de discutir o papel revolucionário do proletariado, considerado diminuto, tendo em vista a redução do número de trabalhadores numa condição salarial, a aproximação dos trabalhadores com o capital, inclusive no mercado financeiro, além da fragmentação das classes, que implicou o aumento das desigualdades, emergindo atores em condições de vida e trabalho mais precárias, como o exército de desempregados, os trabalhadores inseridos em relações informais de trabalho e as pessoas em situação de rua. O referido autor contesta os argumentos apresentados informando que, desde os anos de 1970, o contingente de trabalhadores cresceu e que mesmo ocorrendo a diferenciação da posição socioeconômica entre os trabalhadores, os projetos societários indicam dois caminhos possíveis, quais sejam: a continuidade da sociedade capitalista com sua tendência burguesa ou a ruptura com o modelo societal burguês na direção do socialismo. E aqueles que se posicionam na perspectiva da ruptura com o capital tornam-se sujeitos políticos proletários.

Iasi (2011) critica a análise dos autores citados, mas concorda que o estudo de Marx sobre classes ficou inacabado. Entretanto, ainda é possível capturar os elementos que formam o conceito de classe





no curso da obra marxiana. A formação do conceito em Marx não é linear, pois o autor busca apreender a processualidade histórica, a totalidade do fenômeno a partir da investigação de suas múltiplas determinações, realizada com aproximações sucessivas. Nesse movimento dialético-materialista Iasi (2011, p.107) procura contemplar as principais determinações, que combinadas, aproximam-se de uma definição mais completa de classe, a saber:

- 1 - classe seria definida num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção;
- 2 - pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase generalizado como único);
- 3 - pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe;
- 4 - pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social.

Ainda afirma que essas determinações podem acontecer concomitantemente e contraditoriamente, no sentido de que uma determinada relação com os meios de produção pode se diferenciar da consciência e ação política da classe. Recorre ao exemplo de Engels, que não era um proletário, mas a consciência e sua produção intelectual e política o colocavam numa posição de classe proletária.

### Considerações Finais

Para se pensar sobre os caminhos das classes sociais na cena contemporânea, importa validar a consciência de classe como aspecto determinante para analisar a formação das classes. Conforme Iasi (2011, p.14) a consciência de classe é o processo estabelecido a partir de uma “representação mental (subjéctiva) de uma realidade concreta e externa (objectiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. A formação da consciência acontece em razão das relações vivenciadas nas diversas instituições; entre família, trabalho, religião e Estado. Se reproduzida tal qual absorvida na interação com o mundo exterior esta consciência é uma forma alienada de representação do mundo. Entretanto, se o processo de formação da consciência acontecer de forma crítica em relação aos postulados ensejados pelas relações sociais, desnaturalizando



os modos de ser, pensar e agir, se assume a possibilidade de se forjar uma consciência de classe revolucionária.

A constituição de uma identidade coletiva vem ao encontro da tese da formação de uma consciência revolucionária posto que, por meio da organização e da luta sindical, constroem-se as possibilidades de superação do status quo vigente. A aquisição da consciência revolucionária situa o indivíduo no seu tempo histórico e social, conferindo-lhe um papel político de interpretar a realidade que o circunda para superar as suas mazelas. Iasi (2011) chama atenção para o fato de que este indivíduo “consciente” de sua condição de classe está em conflito com as instituições e com a ideologia hegemônica e a alternativa para fortalecer-se se encontra na aproximação com os membros de sua classe, visando desamarar-se das raízes dominantes seladas na vida cotidiana. Em síntese, recuperar a noção de classe, na perspectiva marxiana, requer pôr em evidência as potencialidades da classe proletária como agente de transformação social.

Em síntese, o debate sobre as classes sociais caracteriza-se por demonstrar os processos de lutas sociais que acontecem na sociedade, tendo em vista fundamentalmente a existência da propriedade privada, como o ponto chave para a divisão da sociedade em diferentes agrupamentos sociais. É desse fato fundante que brotam as desigualdades, a formação da consciência de classe e as lutas de classes ainda presentes na sociedade contemporânea, como se pode ver nos noticiários que mostram cotidianamente as manifestações de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de trabalho e vida.

#### Referências bibliográficas e documentais

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. São Paulo: Zahar Editoras, 1985.
- ALVES, Giovani; ANTUNES, Ricardo. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em 17/11/2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho*. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2005.

- \_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco. Rumo a outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BELUCHE, Olmedo. *Os trabalhadores do Estado e a teoria marxista das classes sociais*. *Marxismo Vivo*, nov./2002.
- BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorde Zahar, 1996.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- DAHRENDORF, R. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford: Stanford University Press, 1959.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- FERNANDES, *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Zahar Editora, 1975.
- FREDERICO, Celso; TEIXEIRA, Francisco. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 2ª edición. Madrid: Alianza Universidad, 1994.
- GALVÃO, Andreia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho. Crítica da Razão Econômica*. Tradução de Ana Montoia. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.
- HADDAD, Fernando. *Trabalho e classes sociais*. *Tempo Social; Rev. Sociol.* São Paulo: USP, v. 9, n. 2, p. 97-123, out./1997.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: *Para a crítica da economia política*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983, p. 101-125.
- \_\_\_\_\_. *O processo de produção do capital*. O Capital. Lisboa: Editora. Lisboa, v. I e 2, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. Prefácio e Pós-fácio de Daniel Bensaid. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.
- OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe em Salvador*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O Estado em crise*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- SANTOS, Theotônio dos. *O conceito de classes sociais*. Tradução de Orlando Reis. Petrópolis: Vozes, 1982.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Classes Rurais na Sociedade Agrícola*. São Paulo: Loyola, 1979.
- SOROKIN, Pitrim A. “O que é uma classe social?” In: *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. (3 vols.) Tradução de Denise Bottmann (v. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (v. II). São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- WAIZBORT, Leopoldo. *Classe social, Estado e ideologia*. Tempo soc.[online]. 1998, vol. 10, n. 1, p. 65-81. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701998000100005>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. 3ª edição. Brasília/DF: UnB, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. Brasília/DF: UnB; São Paulo: Ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## Notas

1 Desse modo, a denominada subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado).

[voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi projetado e diagramado em abril e maio de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).